



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004816-32.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**
 Requerente: **Nelson Peruzzi**
 Requerido: **Lauanda Roberta dos Santos França**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini**

Vistos,

Nelson Peruzzi, devidamente qualificado nos autos, ajuizou Ação Reivindicatória com Pedido de Tutela de Urgência em face de todos os moradores e ocupantes instalados em imóvel de sua propriedade, aduzindo, em síntese, que: a) possui um imóvel, matriculado sob o nº 7.343, CRI local, localizado à Rua Henrique Gregori, nº 1534, Vila Boa Vista I, nesta cidade, que se encontra disponível para locação no valor de R\$ 500,00 reais mensais, sem intervenção imobiliária; b) no dia 13.05.2018, uma senhora se apresentou com o nome “Suzi”, demonstrando interesse em visitar e eventualmente locar referido imóvel; c) entregou as chaves de sua propriedade para “Suzi”, sob a condição de conversarem no dia seguinte para firmarem contrato de locação ou devolução das chaves; e d) em 14.05.2018 foi até o imóvel e verificou que este se encontrava habitado. Requereu a condenação do(s) réu(s) à restituição do imóvel.

Juntou documentos (fls. 6/19).

Decisão de fls. 20/21, indeferiu pedido de tutela de urgência.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Certidão do Oficial de Justiça (fl. 27), constatou que o imóvel é habitado por Simone Aparecida dos Santos e sua filha, Lauanda Roberta dos Santos França, a qual foi citada e não ofereceu resposta.

É uma síntese do necessário.

Fundamento e decido.

A procedência do pedido é de rigor.

Devidamente citada, a ré deixou de contestar o pedido operando-se os efeitos da revelia.

Frente a essa situação, duas consequências emergem da lei processual. A primeira, o julgamento antecipado da lide, em conformidade com o artigo 355, inciso II, no NCPC. A outra, que se presumem verdadeiros os fatos arguidos na petição inicial, nos moldes do artigo 344, do mesmo Código.

O autor comprovou ser titular do domínio, apresentando matrícula atualizada do bem (fls. 8/10).

Estabelece o art.1228 do CC: O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha.

Dessa forma, procede o pedido.

Diante do exposto, julgo **procedente** o pedido, concedendo ao autor o direito de retomada do seu imóvel, concedendo, quanto a esse tópico, medida liminar, e condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, arbitrados estes em 10% do valor atualizado da causa.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 16 de julho de 2018.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Juiz(a) Flavia de Almeida Montingelli Zanferdini

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**